

Medo e Miscigenação: a visão dos povos da floresta nos relatos dos militares brasileiros no século XX

Tássio Franchi*

Resumo:

O texto discorre sobre a construção das imagens das populações nativas da região amazônica pelos militares brasileiros ao longo do século XX. As fontes foram 120 obras de 67 diferentes militares publicadas entre 1915 e 2007, estando a maioria deles concentrada no segundo e terceiro quartéis do século. A visão sobre os indígenas não foi una, variando entre uma adjetivação positiva cujo principal argumento era vê-los como brasileiros e elementos importantes na ocupação do “vazio demográfico”, mas também como um ser que gerava medos por sua agressividade, gerada por contatos pouco amistosos. Ambas as visões tem nuances e se modificam no decorrer do período.

Palavras-Chave: Exército Brasileiro, Amazônia, populações nativas, indígenas, século XX.

Abstract:

The paper issues the construction of the Amazon native's image by the Brazilian military during the twentieth century. The sources were 120 books of 67 different military authors, published between 1915 and 2007. Most of them concentrated in the second and third quarters of the century. The representation of the natives in these books changed over time. They were seen as Brazilians and as an important element in the occupation of the “demographic vacuum”, but they were also feared by their aggressiveness, impression produced after unfriendly contacts. Both views have nuances and change over the period.

Keywords: Brazilian Army, Amazon, native populations, indigenous, twentieth century.

Introdução

A área da Amazônia Legal corresponde a mais de 60% do território nacional e abriga mais de 25 milhões de brasileiros muitos dos quais indígenas. O contato destas populações com os homens brancos data do século XVI. No decorrer do século

XVIII, com os tratados que deram a posse da região à coroa portuguesa, fortificações e vilas foram sendo construídas e mobiliadas com tropas coloniais e imperiais, após 1822. Desde a instauração da república a defesa de toda a região cabe Forças Armadas

brasileiras constituídas pelo Exército, Marinha e Aeronáutica (Art. 142, CF-1988). Sendo desta forma um ator com uma presença secular e importante no território em questão. Seus soldados, marinheiros e aviadores estiveram sempre em contato com as populações existentes na Amazônia, produzindo e reproduzindo para todo o país impressões sobre as mesmas. Este trabalho busca investigar de forma exploratória quais foram os principais argumentos ou ideias ligadas a estas populações que os militares, principalmente do Exército, construíram e reproduziram em obras publicadas ao longo do século XX.

De início é preciso alertar o leitor sobre os limites deste trabalho, que não construiu uma visão antropológica ou sociológica dos nativos e dos militares, mas tão somente uma visão histórica da reprodutibilidade de certos argumentos e ideias produzidos por militares e ex-militares sobre algumas das populações amazônicas, notadamente indígenas e imigrantes nordestinos. O recorte temporal extenso apresenta-se como uma possibilidade de investigação das estruturas discursivas de modo a compreender a sua permanência e o seu sentido ao longo do século, por outro ele torna imperativo outros recortes que viabilizem o texto. Nessa dimensão, os recortes incidiram sobre as fontes e métodos utilizadas¹, bem como sobre os exemplos escolhidos para ilustrar o texto. Optou-se por usar apenas as fontes bibliográficas produzidas por militares (livros e relatórios ostensivos)². Foram investigadas mais de 120 obras publicadas por 67 diferentes militares brasileiros, todas publicadas durante o século XX, além de

documentos oficiais das FFAA relacionados com a região amazônica³.

A inspiração para o recorte temporal deriva da concepção de longa duração⁴, proposta por Fernand Braudel (1995) para investigar as continuidades e as rupturas históricas. Braudel coloca “(...) a dificuldade em romper certos marcos geográficos, certas realidades biológicas, certos limites da produtividade e até reações espirituais: também os enquadramentos mentais representam prisões de longa duração” (BRAUDEL, 1990, p. 14). Para tal no apoiamos metodologicamente, na análise de conteúdo, observando essas reações e enquadramentos mentais diante das populações da Amazônia que se buscou identificar nos escritos dos militares brasileiros.

A visão dos indígenas nos relatos dos militares durante o século XX é dual e complementar. Nela tanto encontramos os nativos retratados como perigosos e selvagens, quanto como sendo os ‘primeiros brasileiros’ ou *brasílvícolas*, para usar o termo cunhado pelo Marechal Cândido Rondon, como vítimas do contato com os brancos e carentes da proteção do Estado. Mais que somente uma visão, nos parece que houve durante décadas uma verdadeira relação dual. De um lado, indígenas trabalhavam junto na construção das linhas telegráficas feitas por Rondon; auxiliando os trabalhos dos irmãos Villas Boas na abertura de trechos de estradas que estavam sendo feitas pelos Batalhões de Engenharia e Construção (BEC) na década de 1970; e mais recentemente integrando as fileiras, principalmente, do Exército Brasileiro. E

de outro lado, indígenas que geralmente não haviam ainda feito contato com os civilizados e que lutavam para proteger suas terras daqueles invasores, o que gerava encontros pouco amistosos, alguns dos quais terminaram com mortes de ambos os lados. No texto tentamos retratar essa dupla visão do nativo, ora como um perigo dentro do “inferno verde”, ora como um elemento que o estado deveria proteger por ser, junto com os ribeirinhos e imigrantes, um elemento essencial ao povoamento da região.

Desenvolvimento

Na Amazônia havia diversos grupos indígenas nativos, cujo contato com os chamados civilizados já havia sido feito há gerações nos séculos anteriores (HEMMING, 2004, 2007, 2008; RIBEIRO, 2010; RONDON 1946; 1953; 1955). Entretanto, havia os ‘bravos’, índios que ou não conheciam ou rejeitavam o contato com os civilizados. Esses grupos indígenas arredios defendiam os seus territórios de forma aguerrida contra a invasão dos estrangeiros ou de outras tribos que fugiam ao contato com os brancos. Durante a primeira metade do século XX, existiam regiões do país que ainda estavam ‘fechadas’ à colonização por esses grupos. Vários indivíduos, brancos e índios, perderam a vida em encontros e tentativas de pacificação desses indígenas (VILLAS BOAS, 2012). Nesse trabalho de contatos com os nativos, alguns nomes se destacam durante o século XX: Candido Mariano da Silva Rondon e os irmãos Villas-Bôas. Mas, esse contato também ocorreu com diversos militares que serviam em postos avançados

nas fronteiras do país, ou que simplesmente estavam envolvidos em alguma missão pela área.

As visões e o direcionamento das ações das Forças Armadas no século XX com relação aos indígenas na Amazônia foram amplamente influenciados pelos trabalhos do Marechal Rondon e, posteriormente, por seus discípulos à frente do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que veio a se tornar a atual Fundação Nacional do Índio (Funai). Para introduzir o pensamento de Rondon sobre os indígenas, podemos partir da seguinte citação:

Que é o índio? Neste particular, permito-me o prazer de transmitir a opinião do Serviço de Proteção ao Índio pela sua ardorosa diretoria: ‘A preciosidade maior que encontramos na marcha para o Oeste,’ E essa preciosidade, continua ela percorrendo, vem das grandes qualidades que a sua incorporação trará ao povo brasileiro (RONDON, 1942, p. 22).

Embora Rondon defendesse com ardor os indígenas durante a primeira metade do século XX, os seus relatos e os da Comissão Rondon com certeza contribuíram, de forma inconsciente, para reforçar uma mística em torno de alguns grupos como bravios ou agressivos. Ao ler em sequência algumas publicações de Rondon e os textos da Comissão Rondon (1915; 1916; 1942; 2003), ou ao folhear os três volumes de *Índios do Brasil* (1946; 1953; 1955), são retratadas as fisionomias, os costumes, a cultura material de diversas tribos, além das localidades, os animais e o meio ambiente da região⁵. Vemos que alguns grupos, como os Nhambiquaras, foram retratados como donos de tamanha

ferocidade que, conforme o próprio texto, algumas vezes os simples vestígios da sua presença bastavam para causar desconforto às tropas:

O que não teria passado pelo espírito dos nossos soldados e tropeiros, cercados, nestes ermos, de **indícios e vestígios dos Nhambiquaras**, nome que só por si basta para arrebatam as almas, mesmo as mais frias, às regiões povoadas de **cenar pavorosas da antropofagia**, de que andam cheias as lendas secularmente entretecidas em torno desta nação de silvícolas?! (RONDON, 1916, p. 136).

A citação reverbera um dos temores mais antigos relacionados aos nativos brasileiros, o da antropofagia. Entretanto, mais que somente indícios da presença de índios, ocorreram muitos incidentes com eles, envolvendo inclusive o próprio Rondon. “Eu próprio e as minhas turmas de exploração de 1907 e 1908 fomos duas vezes violentamente agredidos a flechadas, pelos altivos guerreiros Nhambiquara, às margens do famoso rio Jurema” (Rondon, 1946, p. 6). No primeiro ataque, o Ten. Nicolau Bueno dos Santos Horta Barbosa e o Aspirante a Oficial Tito de Barros foram as vítimas:

[...] ambos no exercício de funções concernentes à construção da linha telegráfica entre as estações de Jurema e Nhambiquaras, **foram flechados pelos índios desta última denominação, em pleno peito**. Fiel ao nosso lema, o Tenente Nicolau, comprimindo o ferimento donde brotava abundante, tão generoso sangue brasileiro, não consentiu de modo algum que perseguissem nem atirassem contra os silvícolas e, ao contrário, mandou empilhar presentes,

destinados aos agressores, no próprio local em que eles o hostilizaram 6. Grifo nosso

No segundo ataque, Rondon se encontrava junto com o grupo que foi alvo das flechas disparadas pelos índios Nhambiquaras:

Na frente ia o Domingos, armado de carabina Winchester, em seguida eu com uma *Remington* de caça, a tiracolo, depois o Ten. Lyra e o fotógrafo Leduc, ambos armados com pistolas *Colt*. Mais atrasado vinha o resto do pessoal. (...) **Domingos fora alvejado por duas flechas**, eu por três, a terceira das quais viera quebrar-se de encontro a minha arma, no momento em que desfechei sobre o selvagem da esquerda, o que me alvejou no peito. **Não sei por que acaso encontrou esta flecha o furo da bandoleira onde se engastou, senão ter-me-ia fatalmente morto** (RONDON, 1946, p. 10-11. Grifo nosso).

Mesmo sendo um grupo relativamente grande e bem armado de homens, os índios não hesitaram em atacar. A presença de fotógrafos durante os trabalhos permitiu que o fato fosse registrado em imagens divulgadas *a posteriori*. Rondon, o Tenente Lyra e outros homens estavam a cavalo, conforme se vê nas fotos (RONDON, 1946, p. 37). Ao relato de Rondon seguem-se a foto da espingarda com a ponta da flecha presa na bainha e outras fotos do local do incidente. Existem amplos registros fotográficos dos trabalhos de Rondon à frente da Comissão de Linhas e Telégrafos e de outras missões, disponíveis em diversas publicações suas e em relatórios entregues ao Ministério da Guerra.

O material fotográfico e os relatos na coleção *Índios do Brasil* (RONDON 1946; 1953; 1955) desenharam aos leitores, civis ou militares, os rincões do Brasil longe do litoral. Nos relatórios sobre os trabalhos da Comissão de Linhas Telegráficas, ficou demonstrado que inúmeros homens perderam a vida, vítimas dos encontros com índios bravios:

Além da morte por febre a que aludimos, teve a expedição de lamentar mais as consequências dum assalto inopinado que alguns **índios caritianas** deram a uma das canoas, na tarde de 2 de setembro. Infelizmente, **desse assalto resultou sair ferido o médico Dr. Paulo dos Santos**, alcançado no braço esquerdo por duas flechas, e no abdome por uma; **e morto, por submersão no rio, o remador Eugênio Martins Afonso** (RONDON, 2003, p. 115. Grifo nosso).

Depois da instalação das linhas telegráficas, era necessário criar postos de retransmissão, operadas por turmas de soldados ou índios incorporados aos serviços para manutenção das linhas. Esses destacamentos, situados ao longo de todo o percurso das linhas, também eram alvos de ataques. O Cel. Amílcar Botelho de Magalhães, subordinado de Rondon nas obras das linhas telegráficas, relata: “Com a linha já em tráfego, os Nhambiquara surpreenderam o destacamento do rio Juína, aí instalado principalmente para tomar conta da balsa em que era feita a travessia deste curso d’água, e mataram todos os soldados” (MAGALHÃES. Apud *In*: RONDON, 1946, p. 14).

Nos relatórios das Comissões Mistas que subiram os rios Juruá e Purus, tanto o

Gen. Belarmino quanto Euclides da Cunha haviam descrito incidentes com os nativos que os seus próprios soldados sofreram ou presenciaram. Sobre o rio Purus, Euclides escreveu:

Sobre tudo isto, **a ameaça dos infieles**. Duas horas antes de alcançarmos aquele ponto, tínhamos visto, atirado no barranco esquerdo do rio, num claro, entre as frecheiras, o cadáver de uma mulher, uma amauaca. Fora, ao que colhemos depois, **trucidada pelos bárbaros**, que rondavam por perto **numa ameaça permanente e surda** (CUNHA, 2000 [1907], p. 330).

Cabe destacar que Euclides usa termos pejorativos como ‘infieles’ e ‘bárbaros’ para se referir aos indígenas. Porém, esses termos não são comuns nos relatos. Nos textos de Rondon há termos como selvagem, silvícolas, brasilvícolas, ou o nome da etnia ou da tribo, quando isso era conhecido, ou se usava simplesmente o termo índios, de forma genérica.

Na região do Araguaia-Tocantins, os primeiros índios abordados pelo SPI foram os Xavante. Uma aproximação mal sucedida culminou com a morte do Dr. Genésio Pimentel Barbosa e de mais quatro ajudantes, descrita de forma minuciosa por Rondon, mencionando as armas usadas para o ataque (*bordunas*) e o estado em que os corpos foram achados:

[...] verificaram os dois homens [que retornaram ao acampamento posterior ao ataque] que o seu chefe havia trancado à chave todas as armas de fogo e que, na sua imobilidade cadavérica, que perpetuara no rosto o sorriso com que passou da vida objetiva para subjetiva – o seu último

sorriso, dedicado aos seus inconscientes agressores, a nimbar-lhe a fisionomia de mártir – mantinha ainda, entre ambas as mãos hirtas, uma porção de brindes, que certamente insistia em oferecer aos atacantes, mesmo depois dos primeiros atos de hostilidade e violência! (RONDON, 1953, p. 157).

Esse relato de Rondon mostra o valor dado aos indígenas por Rondon – “o seu último sorriso, dedicado aos seus inconscientes agressores”. O último sorriso é do vitimado, não dos agressores. Essa postura de Rondon marcou a forma pela qual o Exército percebia o seu papel com relação aos nativos, embora até o início da década de 1970 ainda houvesse relatos de incidentes com nativos. É o caso de um trabalhador do 9º BEC que trabalhava na vanguarda da construção da rodovia Cuiabá-Santarém e foi flechado por índios da etnia Krenakore. Nas semanas posteriores, com a ajuda dos irmãos Villas-Bôas, foram estabelecidos os primeiros contatos pacíficos com esses índios, possibilitando que a construção seguisse sem outros incidentes (VILLAS BOAS, 2012, p. 543).

Mesmo com os numerosos incidentes envolvendo soldados e índios, a postura de Rondon, perpetuada no SPI e posteriormente na Funai, contribuiu para a construção de uma postura das FFAA que visava integrar os indígenas à sociedade, e não exterminá-los (BIGIO, 2003; 2009).

Durante o período em que comandou a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (1907-1915), Rondon, descendente de índios Bororo, procurou proteger os nativos. Em 1910,

ele tornou-se presidente do recém-criado Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) (Decreto-Lei nº 8.072, de 20 de junho de 1910). Conforme o nome do órgão indica, havia uma associação entre proteção aos indígenas e recrutamento de trabalhadores (de outras regiões) para ocuparem terras nas imediações das linhas telegráficas. O SPILTN tanto visava proteger quanto integrar o indígena à sociedade brasileira. Rondon empregou inúmeros indígenas que trabalharam tanto na construção quanto na operação das linhas telegráficas. Para Bigio, foi nesse momento do início do século que se forjou a política indigenista do regime republicano, cujo “[...] principal pensador e articulador dessa política foi o Coronel Cândido Mariano da Silva Rondon que, alicerçado nos pressupostos positivistas de Augusto Conte, propôs uma ação indigenista para integrar as populações indígenas à sociedade nacional” (BIGIO, 2003, p. 256).

O modelo de contato e integração dos indígenas era pacífico, por meio de aproximações, com a oferta de “brindes” e a ajuda de outros indígenas, que serviam de interlocutores. Entretanto, para Bigio, os métodos praticados pelo SPI não impediram o “extermínio físico [por doenças] ou a aniquilação cultural de partes dessas sociedades” (BIGIO, 2003, p. 259). O órgão serviu, em última instância, para a incorporação dos territórios indígenas à nação. Todavia, a posição de Darcy Ribeiro com relação a Rondon e ao SPI é divergente. Ele entendia que a criação do SPI e o papel da Rondon foram decisivos na promoção da política indigenista nacional:

Esse acontecimento [da criação do SPI] representa para os índios o que representou a Abolição para os escravos. Rondon não só afirmava o direito de os índios serem e continuarem sendo índios, mas criava todo um serviço, integrado por jovens oficiais [das FFAA], dedicado à localização e pacificação das tribos arredias e à proteção dos antigos grupos indígenas dispersos por todo o país” (RIBEIRO, 2010, p. 36).

O envolvimento sistemático de jovens oficiais, sob o comando de Rondon, em serviços de proteção aos indígenas foi, com certeza, uma experiência sem paralelo dentro das FFAA. É possível rastrear as influências de Rondon nos oficiais de gerações posteriores, na medida em que o citam como exemplo ao longo do século XX⁶.

Durante o processo de integração de vastas áreas da Amazônia ao território nacional, o contato com populações indígenas foi inevitável. Após as linhas telegráficas abertas por Rondon, outro grande projeto que acabou promovendo esse contato foi a Marcha para o Oeste (1942) e a Expedição Roncador-Xingu (1943). A diferença no trato com os índios herdada de Rondon pode ser percebida na explicação de Oliveira sobre a Marcha para o Oeste:

Mas a nossa ‘marcha para o oeste’ foi algo muito distinto, um fenômeno do século XX, em que o Estado teve um papel muito mais ativo e os pioneiros não estiveram nas linhas de frente. As razões que justificavam a penetração nos sertões do Brasil Central eram principalmente de natureza geopolítica, e a ideologia que cimentava suas ações era um apaixonado nacionalismo. Enquanto nos Estados

Unidos as populações autóctones foram vencidas por unidades militares regulares, cujas conquistas eram consignadas em tratados de paz, no Brasil o uso da força estava proscrito, o Estado assumia uma tutela quanto aos indígenas, mas não lhes reconhecia territórios específicos (OLIVEIRA. *In*: VILLAS BOAS, 2012, p. 17-18).

Institucionalmente, fora das FFAA, o legado de Rondon se perpetuou. Em 1967, o SPI desapareceu, mas permaneceram as concepções de contato pacífico, de assimilação do indígena e de relação tutelar do Estado Brasileiro para com os indígenas. O órgão criado para substituir o SPI, a Fundação Nacional do Índio (Funai), pela Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, herdou esse legado (BIGIO, 2003). Em seu Art. 1º, alínea V, lê-se: “promover a educação de base apropriada do índio visando à sua progressiva integração na sociedade nacional”. Na sequência: “Parágrafo único. A Fundação exercerá os poderes de representação ou assistência jurídica inerentes ao regime tutelar do índio, na forma estabelecida na legislação civil comum ou em leis especiais” (Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967). Assim, a concepção da função tutelar do estado brasileiro para com as populações indígenas sofreu forte influência das ideias preconizadas por Rondon. Todd Daicon afirma que “o legado de Rondon mantém-se influente porque a ideia de nação que ele acalentou nasceu de sua visão dos índios como símbolos de brasilidade” (DAICON, 2006, p.198). Essa identidade indígena, inventada ou não, é para Daicon um dos alicerces da moderna identidade da nação brasileira, apesar de os

indígenas serem um grupo numericamente reduzido da população brasileira (DAICON, 2006). Cabia ao Estado e, em última instância, às FFAA, como braços desse Estado, cuidar do bem-estar das populações indígenas.

Com relação aos indígenas existe ainda uma visão positiva dentro do Exército Brasileiro que o constrói como soldado excepcional por já deter vários dos conhecimentos necessários à sobrevivência na selva. Fregapani em sua obra, entende serem os índios os “guerreiros da floresta”, donos de saberes milenares e naturalmente mais adaptados à vida na floresta (FREGAPANI, 1995).

Existem casos em que militares identificaram os indígenas de uma forma depreciativa, associando-os a interesses ligados ao argumento da cobiça internacional sobre o território amazônico. Mas esses casos não são recorrentes ao longo do século nos autores trabalhados. O exemplo mais sólido disso gira em torno dos Ianomâmi, em Roraima. Nesse caso, em particular, levantou-se a hipótese de que grupos indígenas cooptados por interesses estrangeiros viessem a declarar independência do Brasil, formando um país cujo território seria formado pelo território das reservas indígenas. Barreto (1995) segue essa linha argumentativa de que os indígenas de Roraima estariam sendo usados por organizações e interesses que não eram próprios deles. Sobre esse caso, encontramos a fala de Meira Mattos na introdução do livro de Barreto:

Estes próprios índios ignoram as reivindicações que são feitas em seu

nome, por organizações internacionais mascaradas com intenções científicas (ecologia, ambientalismo, antropologia) e que fazem uma pressão crescente no sentido de entregar a soberania dessa área aos seus habitantes. Parece absurda, estapafúrdia, a proposta dessas organizações internacionais. Só se pode entendê-las, admitindo que há um propósito velado atrás de tudo isto – a *internacionalização da Amazônia*, em nome da sonhada criação de áreas do interesse da humanidade (MATTOS. In: BARRETO, 1995, p. 11).

Percebe-se que os indígenas são colocados apenas como novos instrumentos de interesses de internacionalização da Amazônia, sem que entendam as reivindicações feitas em seu nome. Mas o próprio Barreto compactua com uma ideia bem mais forte e secular dentro do discurso militar sobre os indivíduos na região amazônica, indígenas ou não, a da miscigenação racial como formadora do povo brasileiro:

É preciso redescobrir o Brasil, o Brasil do século XXI, quinhentos anos depois de Cabral. Com um povo de brancos, negros e índios, todos misturados e unidos pelo mesmo sonho de grandeza. Um povo simples, generoso e nobre. Inteligente, destemido e forte. Capaz de sacrifícios e milagres (BARRETO, 1995, p. 169).

O argumento da virtude, ou vantagem, da miscigenação das raças encontra fundamentos, como apresentamos, no próprio *modus operandi* inventado pelos portugueses no século XVIII para consolidar a conquista da região. O incentivo à migração de elementos externos à região para povoar efetivamente o território estava atrelado à

ideia de miscigenação desses migrantes com os habitantes locais (SILVA. *In*: BETHELL, 2004). Exemplo desse argumento, no século XXI, vem do Coronel Moacyr Barcellos Potyguara (2003). Ele descreve um casamento triplo visto pelos olhos de um tenente do exército recém-chegado do sul do país e que passava seu primeiro dia no PEF. O casamento envolvendo dois militares e quatro civis, ocorrido em 1967, foi assim descrito:

A cerimônia estava no meio, e o Tenente Schultz, ao analisar aquela cena, filosofava para si mesmo: 'É... isso é que faz a grandeza deste país. Um crioulo, baiano, casa com uma cabocla, um caboclo com uma índia e um branco com uma cabocla. Todos ficarão aqui e terão filhos... assim vai-se construindo uma pátria...' (POTYGUARA, 2003, p. 191).

No trecho citado, os militares aparecem como os próprios agentes dessa miscigenação, que contribuiria para a edificação da nação. Esta é a mensagem que o texto tenta passar de forma subjetiva. Efetivamente, são poucos homens em postos de fronteiras, e seria difícil identificar quantos deles se casaram e com pessoas de 'raças' diferentes. O número, mesmo que alto, seria irrisório no montante da população, mas o que o livro traz à baila com esse exemplo é essa ideia de que a miscigenação contribui para a formação da nação.

Com certeza, o principal elemento exterior à região do qual descendem inúmeros caboclos e que figura de forma secular nos relatos e análises dos militares são os nordestinos. Grupos humanos oriundos dos estados do Nordeste se sucederam em

diferentes levadas que se dirigiram para o interior da Amazônia durante o século XX. O Nordeste teve uma densidade demográfica superior à da Amazônia durante todo o século XX. As secas periódicas que assolaram a região fragilizavam as suas cadeias produtivas, forçando os indivíduos a buscar alternativas fora da região. Isso fez dos nordestinos trabalhadores em potencial nos diferentes ciclos econômicos da Amazônia. Euclides de Cunha, durante a viagem ao Purus, citava o papel dos nordestinos na Amazônia: "O cearense, o paraibano, os sertanejos nortistas, em geral, ali estacionam, cumprindo, sem o saberem, uma das maiores empresas destes tempos. Estão amansando o deserto" (CUNHA, 2000 [1907], p. 146). Parafraseando Cunha, Rodrigues apontava:

É esse homem soberbo, êsse 'domador de desertos', êsse miscigenado 'antes de tudo um forte', êsse buscador de caucho, apanhador de castanha do Pará, da ipecacuanha, da maniçoba, do mate, êsse pesquisador de cristais, batedor de ouro, garimpeiro de diamantes, êsse derrubador de florestas ou jangadeiro do nordeste que é o heróico vencedor dessa natureza excepcional (RODRIGUES, 1947, p. 75).

É perceptível a influência de Euclides sobre Rodrigues. A concepção de que a miscigenação, em vez de deteriorar a raça, como afirmavam as teorias vigentes à época, a fortaleciam, já haviam sido escritas por Euclides em *Os Sertões* e em seus textos sobre a Amazônia e reaparecem em Lysias. Também proveniente dos quadros da Força Aérea, o Brigadeiro Eduardo Gomes em um discurso realizado em Fortaleza (11 de Novembro de 1945), afirma:

Na região cobiçada, que só a **constância de nossos patrícios impediu se apresentasse ‘à voracidade das potências como um problema do mundo’**, na frase enérgica de Nilo Peçanha – **o cearense tem um destino histórico**, pela tenacidade e pela inteireza de ânimo, reveladas na ousadia das incursões em terra inóspita, como pioneiro do progresso humano e do trabalho produtivo. (...) **raça de desbravadores e povoadores da Amazônia** (GOMES, 1945, p. 186. Grifo nosso).

A fala, feita após o final da Segunda Guerra Mundial, pontua a ideia da necessidade da presença para se confrontar a cobiça sobre a região e repete a ideia do nordestino como que imbuído de um ‘destino histórico’ de desbravar e povoar a Amazônia. Essa relação dos nordestinos com o povoamento da região volta à tona com o presidente Médici durante a sua campanha de “Integrar para não Entregar”, que afirmava ser necessário um esforço da nação na direção da “solução dos dois problemas: o do homem sem terras do Nordeste e da Terra sem homens na Amazônia” (MÉDICI, 1970, p.11).

Durante o período militar houve a tentativa da materialização de uma solução permanente que promovesse essa conexão do ‘Homem sem terras do Nordeste’ com as ‘Terra sem homens na Amazônia’, que foi a rodovia Transamazônica. Nas palavras do general Lyra Tavares: “Veio, afinal, a construção da Transamazônica com o projeto de transferência de grande número de famílias nordestinas para fixá-las nas cidades chamadas cidades-piloto” (TAVARES, 1978, p. 49).

Mas o nordestino figurava, como coloca o Cel. Fregapani, como o elemento de miscigenação: “A miscigenação entre nativos e imigrantes, particularmente nordestinos da época da borracha, resultou em uma população capaz de enfrentar o meio geográfico com sucesso, e de uma especificidade cultural digna de maiores estudos” (FREGAPANI, 1987, p. 68). Voltando a Menna Barreto, vejamos a descrição que faz da tropa no Segundo Batalhão Especial de Fronteira de Roraima:

Com toda a pobreza, nunca ví gente tão boa e tão feliz! E, também, nunca ví melhores soldados! (...) A miscigenação estava estampada nas feições do rosto e nos costumes de quase todos. Não eram índios nem brancos: eram mestiços. E orgulhavam-se disso. Porque assim se sentiam mais brasileiros (BARRETO, 1995, p. 107).

Tanto na fala de Menna Barreto quanto em Fregapani, é clara a construção positiva da miscigenação e do papel fundamental dos migrantes de contribuírem para compor a população. Essa população era de fundamental importância para desenvolver as possibilidades do território, garantindo assim a posse da terra e afastando o receio da cobiça internacional sobre a Amazônia.

A miscigenação se conecta com a percepção secular dos militares de que a Amazônia é uma região isolada e vazia do ponto de vista demográfico (FRANCHI, 2013), o que suscitava respostas no sentido de integrar e povoar a região como garantia inclusive de ratificar a posse efetiva sobre ela.

Em 1964, é criado o Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) Coronel Jorge Teixeira. Sua missão era, e é, criar uma doutrina para ambiente selvático e ministrar estágios e cursos de sobrevivência, operações e guerra na selva, muitos dos quais eram conhecimentos de mateiros, ribeirinhos e indígenas. De outro lado o aumento da presença efetiva na região com a implantação de novas organizações militares (CASTRO, 2006; FRANCHI, 2010), inclusive brigadas inteiras, possibilitou o maior contato com elementos nativos, tanto no cotidiano de vilas e operações, quanto eventualmente na incorporação à tropa.

Conclusões e Perspectivas

A imagem das populações nativas como agressivas foi construída nos relatos de encontros pouco amistosos, com ataques e ocasionais mortes. Também nas descrições das características de cada etnia, onde se destacava a ferocidade de um ou outro grupo em relação aos demais. Até a década de 1970 ainda encontramos relatos com estes elementos. De fato no período militar, quando os BEC ficaram responsáveis pelas aberturas de rodovias de integração na região amazônica (BR-174, BR-319, BR-230, e outras) o contato com tribos se intensificou e ocorreram incidentes. Neste período, os trabalhos dos irmãos Villas-Bôas junto com as frentes pioneiras e as turmas de topografia do Exército estabeleceram uma série de contatos (VILLAS-BÔAS, 2012). A criação do CIGS e a incorporação a tropa de descendentes diretos de indígenas gradativamente minou esta visão, de modo que após os anos 1970 ela desaparecem

dos relatos, o que indica uma ruptura neste tipo de representação pelos militares. De forma paralela, a percepção de que os nativos eram um elo importante para o povoamento do país foi observada durante todo o período abordado, constituindo-se assim uma continuidade de longa duração. Nesta continuidade uma nuance importante indicada nos relatos mais recentes é a miscigenação como um elemento de construção da nacionalidade, neste ponto a presença dos migrantes nordestinos, e outros, ganha destaque.

Desta forma podemos inferir que se houve uma ruptura na visão dos nativos como uma ameaça a percepção destas populações como elementos importantes ao povoamento da região permanece. Esse tipo de enquadramento mental, que atravessa mais de cem anos, deve ser reproduzido nas próximas gerações de militares. Ao estudo cabe uma continuidade da investigação, abordando novas fontes como mídias eletrônicas, jornais e outras plataformas de difusão e reprodução das experiências que possam ser utilizadas pelos militares. Os resultados possíveis até aqui indicam concepções que os futuros comandantes podem ter nas próximas décadas, e que irá parcialmente influenciar a maneira como se relacionam com estas populações.

Referências

- BETHELL, Leslie (org). **História da América Latina: América Latina Colonial**, vol. 1. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- BIGIO, Elias dos Santos. **Cândido Rondon: a integração nacional**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2003.

- BIGIO, Elias dos Santos. **Linhas Telegráficas e Integração de Povos Indígenas: As Estratégias Políticas de Rondon (1889-1930)**. Brasília: CGDOC / FUNAI, 2003.
- BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais**. Lisboa: Presença, 1990.
- BURKE, Peter (Org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 1992.
- CASTRO, Celso (Org.). **Amazônia e Defesa Nacional**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- DAICON, A. Todd. **RONDON: o Marechal da Floresta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- FRANCHI, Tássio. A questão ambiental e o adensamento da presença do Exército Brasileiro na Amazônia Legal no final do século XX. In: **Novos Cadernos NAEA**. V.14, n.1, pp. 21-41, jun. 2001.
- FRANCHI, Tássio. **Da conquista do inferno verde à proteção do paraíso tropical: o discurso militar brasileiro sobre a Amazônia no século XX**. 2013. 333 f., il. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável)—Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- HEMMING, John. **Frenteira Amazônica**. São Paulo: EDUSP, 2009.
- HEMMING, John. Os índios do Brasil em 1500. In: BETHELL, Leslie (org). **História da América Latina: América Latina Colonial**, vol. 1. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. pp.101-128.
- HEMMING, John. **Ouro Vermelho: a Conquista dos índios Brasileiros**. São Paulo: EDUSP, 2007.
- HEMMING, John. **Tree of Rivers: the story of the Amazon**. New York: Thames & Hudson. 2008.
- RIBEIRO, Darcy. **Falando dos índios**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro; Brasília: Editora UnB, 2010.
- ROOSEVELT, Anna. Determinismo ecológico na interpretação do desenvolvimento social indígena da Amazônia. In: NEVES, W. (Org.). **Origens, adaptações e diversidade biológica do homem nativo da Amazônia**. Belém: MPEG/CNPq, 1991. p. 103-142.
- ROOSEVELT, Anna. Lost Civilizations of the Lower Amazon. **Natural History**. February 1989:74-83. 1989.
- VILLASBÔAS, Orlando; Cláudio. **A marcha para o oeste: A epopeia da Expedição Roncador-Xingu**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- MINISTÉRIO DA DEFESA. **Diretrizes Estratégicas para o Programa Calha Norte (PCN)**. Ministério da Defesa/ Departamento de Política e Estratégia: Brasília, 2007.
- MINISTÉRIO DA DEFESA. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2008.
- MINISTÉRIO DA DEFESA. **Política de Defesa Nacional-1996**. Brasília: Ministério da Defesa, 1996.
- MINISTÉRIO DA DEFESA. **Política de Defesa Nacional-2006**. Brasília: Ministério da Defesa, 2006.

Fontes (Militares)

- ANDRADE, João Walter de. Planos de Desenvolvimento: SUDAM. In: LIMA, Afonso Augusto de Albuquerque, *et ali*. **Problemática da Amazônia**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1971. pp. 149-172. [Coronel]
- ARARIPE, Tristão de Alencar. **Tasso Frágoso: um pouco da História do nosso Exército**. BIBLIEX: Rio de Janeiro, 1960. [General]

- ARRUDA, João Rodrigues. **O Uso Político das Forças Armadas e outras questões militares**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. [Tenente]
- BALIÚ, M. Monteiro. **À Sombra do Inferno Verde (Aspectos de um destacamento de Fronteira: Tabatinga)**. Rio de Janeiro: Bedeschi, 1946. [Major]
- BARRETO, Aníbal. **Fortificações no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1958. [Coronel]
- BARRETO, Carlos Alberto Lima Menna. **A farsa Ianomâmi**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995. [Coronel]
- BARROS, Glímedes Rego. **Nos Confins do Extremo Oeste: alvorecer do poente acreano**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1993. [Capitão]
- BARROSO, Gustavo. **O Brasil em Face do Prata**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1952. [1930] [ex-soldado]
- BENTO, Cláudio Moreira. **Amazônia Brasileira: Conquista, Consolidação e Manutenção (1616-2002)**. Porto Alegre: Genesis, 2003. [Coronel]
- BITTENCOURT, Armando. In: BRAGA, Cláudio da Costa. **A Guerra da Lagosta**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2004. [Almirante da MB]
- BOITEAUX, Nylson Reis. Entrevista. In: MOTTA, Aricildes de Moraes. **História Oral do Projeto Rondon**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2007. pp.175-196. [Coronel]
- BRAGA, Cláudio da Costa. **A Guerra da Lagosta**. Rio de Janeiro: Serviço de documentação da Marinha, 2004. [Comandante Marinha]
- BRASIL, Altino Berthier et ali. **Amazônia II**. Rio de Janeiro: Editora Tauari, 2003.
- BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Manual Básico/Escola Superior de Guerra**. Rio de Janeiro: ESG, 1992.
- CAMINHA, João Carlos. **História Marítima**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980. [Vice Almirante]
- CAMPOS, Senna. **Logística na Guerra e na Paz**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1952. [Coronel]
- CARVALHO, Estevão Leitão de [General]. **A Paz do Chaco, como foi efetuada no campo de batalha**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.
- CARVALHO, Ferdinando. **Os sete matizes do Vermelho**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1977. [Gen.]
- CAVALCANTI, José da Costa. Integração Nacional: SUDAM/SUDENE. In: SANTIAGO, Alberto Alves *et alli*. **Brasil Potência**. São Paulo: Editoras Unidas, 1971. [General]
- CHAVES, Omar Emir. **Fronteiras do Brasil (Limites com a República da Colômbia) Os Tratados**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar/Bedeschi, 1943. [Capitão]
- CIDADE, F. de Paula. **Notas de Geografia Militar Sul-Americana**. Biblioteca Militar: Rio de Janeiro: 1940. [Coronel]
- CUNHA, Euclides. **Os Sertões**. São Paulo: Abril Cultural, 1979. [Tenente]
- CUNHA, Euclides. **Um paraíso perdido: ensaios amazônicos**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009. [Tenente]
- Da Gama, Saldanha. **Almanak do Ministério da Marinha**, de 1895 para 1896. 1896. (sem/ref.) (Almirante)
- DINIZ, Esteves. **Documentos Históricos do Estado Maior do Exército**. Editora do Estado Maior do Exército. Brasília, 1996. [Coronel]
- DUARTE, Paulo de Queiroz. **Conflito das Malvinas. Vol 1**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1986. [General]
- DUARTE, Paulo de Queiroz. **Conflito das Malvinas. Vol 2**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1986. [General]
- FILHO, Olympio Mourão. **Reforma para o Brasil**. Rio de Janeiro: Saga Editora, 1969.[General]
- FLORES, Mário Cesar. **Bases para uma Política Militar**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992. [Almirante]

- FLORES, Mário Cesar. **Panorama do Poder Marítimo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército/Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1972. [Almirante]
- FLORES, Mário César. **Reflexões Estratégicas: repensando a defesa nacional**. São Paulo: Editora Realizações, 2002. [Almirante]
- FREGAPANI, Gelio. **Amazônia 1996, soberania ameaçada**. Brasília: Thesaurus, 1995. [Coronel]
- FREGAPANI, Gelio. **No lado de dentro da Selva**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1987. [Coronel]
- GOMES, Anapio. **Radiografia do Brasil**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1955. [General]
- GOMES, Eduardo. **Campanha de Libertação**. São Paulo; Livraria Martins Editora, 1945. [Major Brigadeiro]
- GOYCHÊA, Castilhos. **O espírito militar na questão acreana**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2007. [1939] [ex-soldado]
- GUIMARÃES, Leonan dos Santos; CONCEIÇÃO JÚNIOR. Sistemas de Armas Fluviais para região amazônica. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, v121, n. 10-12, pp. 193-204, out/dez. 2001. [Capitão de Fragata]
- JÚNIOR, Antônio de Souza. **O Brasil e a 3ª Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1959. [General]
- LIMA, Afonso Augusto de Albuquerque. A participação do Ministério do Interior no desenvolvimento e na ocupação da Amazônia. In: LIMA, Afonso Augusto de Albuquerque, *et ali*. **Problemática da Amazônia**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1971. pp. 11-64. [General]
- LIMA, Marco Aurélio de Andrade. **A Iniciativa da Bacia do Atlântico: Um risco para o Brasil?** Rio de Janeiro: ESG, 2011. [Comandante de Mar e Guerra]
- LIMA, Samuel Ayres de. Entrevista. In: MOTTA, Aricildes de Moraes. **História Oral do Projeto Rondon**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2007. pp.428-443. [Suboficial FAB]
- LOBO, Thomaz Thedim. Tecnologia e Desenvolvimento. In: SANTIAGO, Alberto Alves *et alli*. **Brasil Potência**. São Paulo: Editoras Unidas, 1971. (Comandante Marinha do Brasil)(necessidade de política de PD nacional)
- MAGALHÃES, Couto de. **Viagem ao Araguaia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Brasiliana, 1957. [1ª ed. 1863] [General]
- MAGALHÃES, João Batista. **A evolução Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001. [General] [1958]
- MALAN, Alfredo Souto. **Missão Militar francesa de instrução junto ao Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988. [General]
- MALAN, Alfredo Souto. **Uma Escolha Um Destino, vida do General Malan D'Angrogne**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977. [General]
- MARTINS, Marseno Alvim. **A Amazônia e Nós**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1971. [Coronel]
- MATTOS, Carlos de Meira. (Org.). **Castello Branco e a revolução**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000. [General]
- MATTOS, Carlos de Meira. **Estratégias Militares Dominantes, Sugestões para uma estratégia militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1986. [General]
- MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica e Destino**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército/José Olympio Editora, 1984. [General]
- MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica e Teoria de Fronteiras: Fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1990. [General]

- MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica e Trópicos**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984. [General]
- MATTOS, Carlos de Meira. **Nova estratégia de defesa nuclear: guerra nas estrelas**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988. [General]
- MATTOS, Carlos de Meira. **Uma Geopolítica Pan-amazônica**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980. [General]
- MÉDICI, Emílio Garrastazu. **Ato de Fé na Amazônia**. Brasília: Departamento de Imprensa Oficial, 1970. Discurso de 8 de outubro de 1970. [General]
- MÉDICI, Emílio Garrastazu. **Ato de Fé na Amazônia**. Publicação da Assessoria Espacial de Relações Públicas da Presidência da República, 1970. [General]
- MÉLO, Hildebrando Bayard. **No Exército do meu tempo**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1987. [General]
- MENDONÇA, Belarmino. **Reconhecimento do rio Juruá (1905)**. Belo Horizonte: Itatiaia; Acre: Fundação Cultural do Estado do Acre, 1989. [General][1ª ed. 1907]
- MORAES, João Batista Mascarenhas de. **Memórias**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1984. [1964] (Marechal)
- MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército**. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Graficas, 1976. [Coronel]
- MOURA, Lourival de A [Coronel]. **As Forças Armadas e o Destino Histórico do Brasil**. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife: Companhia Editora Nacional, 1937. [Brasileira]
- MURICY, Antônio Carlos da Silva. **Palavras de um Soldado**. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1971. [General]
- NUNES, Richard Fernandez; COSTA, Sergio Aita Dias da; FERREIRA José Maria da Mota; LIMA, Reinaldo Nonato Oliveira; BAPTISTA, Ricardo Ribeiro Cavalcanti; SERRANO, Marcelo Oliveira Lopes; COSTA, Jaime Flammarion Santos. **Meio ambiente e Defesa Nacional: Brasil. Coleção Meira Mattos**, Meio Ambiente e Defesa Nacional. v. 1, n. 25. Rio de Janeiro: 1º Quadrimestre 2012. [Tenente-Coronel; Coronel, alunos ECEME/ESG]
- OLIVEIRA, Áthila de Faria. **O futuro do Corpo de Fuzileiros Navais e as Ameaças do século XXI**. Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia apresentada ao Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra como requisito à obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE), Rio de Janeiro: 2011. [Coronel]
- PEIXOTO, João Baptista (Org.). **Os transportes no atual desenvolvimento do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977. [General]
- PEIXOTO, João Baptista. **Conquista de uma Década, radiografia sócio-econômica do Brasil revolucionário**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército/Artenova Editora, 1975. [General]
- PERES, Alberto Lopes. **Antes – Durante – Depois**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1993. [Brigadeiro] [1970]
- PERI, Enzo Martins (Comandante do Exército). **Palestra na A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal**. Brasília 04 de outubro de 2007. **Diário do Senado Federal - Suplemento**. Brasília: 2007. p. 726. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/diarios/pdf/sf/2007/11/01112007/suplemento/00721.pdf>> Acessado em: 01/10/2009.
- PESCE, Eduardo Ítalo. 'Forças Armadas e o Orçamento.' In: **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro v. 126 n. 04/06 abr./jun. 2006 pp.103-113.
- PIMENTEL, Joaquim Silverio de Azevedo. **Episódios militares**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1978. [General]

- PINHEIRO, Coronel Alvaro de Souza. Guerrilha na Amazônia: uma experiência no passado, o presente e o futuro. **Military Review** 1º Trim 1995. pp14-30. (versão em português) [Coronel]
- PINHEIRO, Coronel Alvaro de Souza. Guerrilhas in the Brazilian Amazon. **Military Review** 2º Trim 1996. [Coronel]
- PINHEIRO, Ênio dos Santos [General]. **À Sombra de Rondon e Juarez**. São Paulo: EDICON, 1985.
- PINTO, Lauro Alves. A participação das Forças Armadas na Ocupação da Amazônia. In: LIMA, Afonso Augusto de Albuquerque, et alii. **Problemática da Amazônia**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1971. pp. 301-322. [General]
- RÊGO, José Luiz Guarany. As Perspectivas da Indústria Eletrônica Nacional. In: SANTIAGO, Alberto Alves et alii. **Brasil Potência**. São Paulo: Editoras Unidas, 1971. [Comandante Marinha do Brasil]
- RODRIGUES, Lysias A. **Brasil Aeronáutico**. Rio de Janeiro: Coleção Brasil, 1944. [Brigadeiro]
- RODRIGUES, Lysias A. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar Brasil, 1947. [Brigadeiro]
- RODRIGUES, Lysias A. **O rio dos Tocantins**. Tocantins: Edição Alexandre Acampora, 2001. [1ª ed 1945; Brigadeiro]
- RODRIGUES, Lysias A. **Roteiro do Tocantins**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1943. [Brigadeiro]
- RONDON, 1919. [livreto de homenagens quando Rondon assume o posto de General]
- RONDON, Candido Mariano da Silva. **Conferências: Expedição Científica Roosevelt-Rondon e Comissão Telegraphica**. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C. 1916.
- RONDON, Candido Mariano da Silva. **História Natural/Ethnographia, anexo nº 5**. Rio de Janeiro: Papelaria Luiz Macedo, 19??.
- RONDON, Candido Mariano da Silva. **Índios do Brasil do Centro, Noroeste e Sul de Mato Grosso**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Proteção aos Índios/Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro: 1946.
- RONDON, Candido Mariano da Silva. **Índios do Brasil, cabeceiras do Xingu/rio Araguaia e Oiapoque**. Vol. III, Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Proteção aos Índios/Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro: 1953.
- RONDON, Candido Mariano da Silva. **Índios do Brasil, norte do rio Amazonas**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Proteção aos Índios/Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro: 1955.
- RONDON, Candido Mariano da Silva. **Lectures: Roosevelt-Rondon Scientific Expedition and The Telegraph Line Commission**. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger. 1916.
- RONDON, Candido Mariano da Silva. **Missão Rondon: apontamentos sobre os trabalhos realizados pela Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas/sob a direção do coronel de engenharia Candido Mariano da Silva Rondon, de 1907 a 1915**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.
- RONDON, Candido Mariano da Silva. **Missão Rondon**. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C. 1916. – Coletânea de artigos publicados no Jornal do Commercio do Rio de Janeiro no ano de 1915.
- RONDON, Candido Mariano da Silva. **Rumo ao Oeste**. Rio de Janeiro: Biblioteca militar, 1942.
- RONDON, Frederico Augusto. **Amazônia Brasileira: problemas regionais**: Rio de Janeiro: Record, 1980. [General]
- RONDON, Frederico Augusto. **Pelo Brasil Central**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1934. [Brasiliana] [Capitão]

- ROOSEVELT, Theodore. **Nas Selvas do Brasil**. Rio de Janeiro: Serviço de informação agrícola/Ministério da Agricultura, 1948. [1914en; 1922pt]
- SCHNAIDERMAN, Boris. **Guerra em Surdina**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. (cabo)
- SILVA, Golbery do Couto. **Conjuntura Política Nacional; O poder executivo[1967] & Geopolítica do Brasil [1980]**. Rio de Janeiro: José Olympio Editor, 1981. . [General]
- SILVA, Nilo Brasília. Entrevista. In: MOTTA, Aricildes de Moraes. **História Oral do Projeto Rondon**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2007. pp.437-445. [Sgt. Esp. FAB]
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Brasil: Radiografia de um modelo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1975. [Coronel][1973]
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Ler para conhecer o Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1973. [1ªed. 1945] [Coronel]
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Memórias de um Soldado**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1967. [Coronel]
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Narrativas Militares**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1959. [Ten Cel]
- SODRÉ, Nelson Werneck. **O que se deve ler para conhecer o Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973. [Coronel][1945]
- SODRÉ, Nelson Werneck. **O Tenentismo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. [Ten. Coronel]
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/ Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1959. [Ten. Coronel]
- TAVARES, Aurélio de Lyra. **Brasil França ao longo de 5 séculos**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1979. [General]
- TAVARES, Aurélio de Lyra. **Nosso Exército, essa grande escola**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985. [General]
- TAVARES, Aurélio de Lyra. **O Brasil de minha Geração**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977. [General]
- TAVARES, Aurélio de Lyra. **O Exército Brasileiro visto pelo seu Ministro**. Recife: Universidade de Pernambuco Imprensa Universitária, 1968. [General]
- TAVARES, Aurélio de Lyra. **Organização Política e Administrativa do Brasil**. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife/Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1941. [General]
- TAVARES, Aurélio de Lyra. **Temas do Nosso Tempo**. Rio de Janeiro: edição do autor, 1978. [General]
- TÁVORA, Juarez. **Organização para o Brasil**. Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro: 1959. [General]
- TÁVORA, Juarez. **Petróleo para o Brasil**. Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro: 1955. [General]
- TÁVORA, Juarez. **Uma vida muitas lutas, 1º - da planície à borda do altiplano**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1973. [Marechal]
- TÁVORA, Juarez. **Uma vida muitas lutas, 2º - a caminhada no altiplano**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1974. [Marechal]
- TÁVORA, Juarez. **Uma vida muitas lutas, 3º - voltando à planície**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977. [Marechal]
- TRAVASSOS, Mário. **As Condições Geográficas e o Problema Militar Brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca de a Defesa Nacional, 1941. Separata nº 51. [Tenente-Coronel]
- TRAVASSOS, Mário. **Introdução à Geografia das Comunicações Brasileiras**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1942. [General]

TRAVASSOS, Mário. **Projeção Continental do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935 (Brasiliana). [1ª ed. 1931] [General]

VARGAS, Getúlio. **Apolítica Nacionalista do Petróleo no Brasil**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1964.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. **11 de setembro de 2001**. Rio de Janeiro: FEMAR, 2002. [Vice-Almirante]

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. **A Amazônia Azul, o ar que nos pertence**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006. [Vice-Almirante]

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. **A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985. [Vice-Almirante]

WIEDEMANN, Luiz Felipe. (Coord.). **Brasil: Realidade e Desenvolvimento**. São Paulo: 1977. [4ª edição] [General]

NOTES

1 A concepção de obras bibliográficas e relatos enquanto fontes documentais encontram suporte nas concepções de fontes oriundas da escola dos *Annales* (BURKE, 1992)

2 A opção por limitar as fontes de consulta a obras publicadas, endenda-se livros, é devido ao fato que por meio deste tipo de publicação se alcançava todo o público nacional e não apenas os militares e poucos interessados, no caso das publicações em relatórios restritos, ou revistas militares.

3 Ver: FRANCHI, 2013.

4 Para Braudel, o tempo longo é o tempo estrutural, que se diferencia do tempo conjuntural e dos acontecimentos por sua temporalidade longa, que cria verdadeiras “estruturas mentais” sólidas que atravessam várias décadas, podendo chegar a mais de uma centena de anos. Braudel explica: “Para nós, historiadores, uma estrutura é, indubitavelmente, um agrupamento, uma arquitetura; mais ainda, uma realidade que o tempo demora imenso a desgastar e a transportar. Certas estruturas são dotadas de uma visão tão longa que se convertem em elementos estáveis de uma infinidade de gerações: obstruem a história, entorpecem-na e, portanto, determinam o seu decorrer” (BRAUDEL, 1990, p. 14).

5 Índios do Brasil Vol. I - Do Centro ao Noroeste e Sul de Mato Grosso; Vol. II – Cabeceiras do Xingu/ Rio Araguaia e Oiapoque; Vol. III – Norte do Amazonas;

6 Algumas obras de autoria de militares em que Rondon é citado: BALIÚ, 1947; RONDON, Frederico 1934. 1980; MARTINS (1971); PINHEIRO (1985); FREGAPANI (1995); SILVA, Golbery do Couto, 1981; MATTOS, 1980. 1984. 1990; MOTTA, 2007; BENTO, 2003; BARRETO, 1995.